



Número: **0801849-52.2017.8.15.0141**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Catolé do Rocha**

Última distribuição : **17/08/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCAS DA SILVA GALDINO (AUTOR)		GREGORIO MARIANO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9238989	17/08/2017 11:58	Petição Inicial	Petição Inicial
9239328	17/08/2017 11:58	LUCAS DA SILVA GALDINO - DPVAT	Outros Documentos
9239351	17/08/2017 11:58	PROCURAÇÃO	Procuração
9239371	17/08/2017 11:58	DOCUMENTOS PESSOAIS	Outros Documentos
9239391	17/08/2017 11:58	INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO - SEGURADORA LÍDER	Outros Documentos
9239419	17/08/2017 11:58	AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO	Outros Documentos
9239437	17/08/2017 11:58	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Outros Documentos
9239629	17/08/2017 11:58	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Outros Documentos
9239654	17/08/2017 11:58	DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML	Outros Documentos
9239683	17/08/2017 11:58	DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO	Outros Documentos
9239708	17/08/2017 11:58	DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO	Outros Documentos
9239730	17/08/2017 11:58	DOCUMENTO DA MOTO	Outros Documentos
9239755	17/08/2017 11:58	PRONTUÁRIO 1	Outros Documentos
9239767	17/08/2017 11:58	PRONTUÁRIO 2	Outros Documentos
9239791	17/08/2017 11:58	RECEITUÁRIO MÉDICO E FICHA DE ATENDIMENTO	Outros Documentos
10383272	25/10/2017 11:03	Despacho	Despacho
19946252	20/03/2019 20:43	Despacho	Despacho
20933401	04/05/2019 10:16	Despacho	Despacho
22143194	19/06/2019 16:45	Outros Documentos	Outros Documentos

22143 973	19/06/2019 16:45	CARTA DE INDEFERIMENTO	Outros Documentos
22194 905	01/07/2019 15:53	Despacho	Despacho
23553 091	15/08/2019 14:59	Despacho	Despacho
24381 462	12/09/2019 17:27	Outros Documentos	Outros Documentos
24382 467	12/09/2019 17:27	PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - RECIBO E PAGAMENTO	Outros Documentos
24382 482	12/09/2019 17:27	RECIBOS DE PAGAMENTO - CATOLE 06 2019	Outros Documentos
24382 485	12/09/2019 17:27	GuiaCustas	Outros Documentos
24494 986	17/09/2019 13:47	Despacho	Despacho
24498 688	17/09/2019 14:38	Despacho	Despacho
24654 977	23/09/2019 14:39	Informação	Informação
24655 429	23/09/2019 14:39	CARTA DE INDEFERIMENTO	Outros Documentos
24686 278	24/09/2019 11:36	Sentença	Sentença

AO R. JUÍZO DA ____ª VARA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA – PB.

LUCAS DA SILVA GALDINO, brasileiro, solteiro, vendedor, portador da cédula identidade RG nº 3.671.001, inscrito no cadastro de pessoa física CPF nº 095.182.424-25, residente e domiciliado na Rua Benedito Vieira da Silva, nº 185, no Bairro Elesbão Gonçalves, Cidade Catolé do Rocha - PB, CEP: 58884-000, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de seu procurador signatário, conforme instrumento em anexo, mover á presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados, alicerçado nos seguintes fundamentos de fato e jurídicos que passa a expor: **DA AUDIÊNCIA INAUGURAL DE MEDIAÇÃO E/OU UMA AUDIÊNCIA EXCLUSIVA PARA A CONCILIAÇÃO**

1 - DAS INTIMAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

M.M. Juiz, prefacilmente requer-se que, todas as **INTIMAÇÕES** e demais publicações de estilo, sejam realizadas em nome do **Dr. GREGÓRIO MARIANO DA SILVA JÚNIOR**, advogado, registrado na OAB/PB sob o número 22.415, sob pena de nulidade dos atos processuais subseqüentes.



ADVOGADO. INTIMAÇÃO. REQUERIMENTO INDICANDO O NOME

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE SENTENÇA – **Intimação pelo diário da justiça em nome de advogado diverso do indicado na contestação e no substabelecimento. Impossibilidade. Nulidade da intimação e dos atos decorrentes. 01. Considerando que houve pedido expresso na contestação e no substabelecimento, para que as intimações por meio do diário da justiça fossem feitas em nome de determinado advogado, tornam-se nulas as intimações feitas a outros patronos.** 02. Agravo de instrumento conhecido e provido. (TJDFT – AGI 20060020100418 – 3ª T.Cív. – Rel. Des. Nídia Corrêa Lima – DJU 14.12.2006 – p. 73).

2 - DA AUDIÊNCIA INAUGURAL DE MEDIAÇÃO E/OU UMA AUDIENCIA EXCLUSIVA PARA A CONCILIAÇÃO

MM Juiz, a parte autora vem mui respeitosamente, nos termos do art. 319, VII do NCPC, **não tem interesse na audiência de conciliação, sendo necessário realizar perícia médica para constatação das fraturas e sequelas.** Isso porque, a todo tempo as partes podem transigir no processo, bem como, a audiência de conciliação poderá ser realizada em ato anterior a audiência de instrução (privilegiando os princípios da Celeridade, Economia e Eficiência processual, art. 4º. e 8º. Do NCPC).

3 – DOS FATOS E DOS DIREITOS

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 04/09/2016, do qual vinha como passageiro numa motocicleta quando o condutor perdeu o controle e foi ao solo, na pista que liga a cidade de Patu/RN a Catolé do Rocha/PB, na rodovia PB - 325, sofrendo fraturas e lesões corporais, conforme atestado médicos e Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: fratura no braço, resultando redução funcional, conforme prontuário médico acostado a exordial.



Acontece que a parte autora não recebeu nenhum valor do pedido administrativo, pois o motivo é que o boletim de ocorrência, a comprovação de ato declaratório e a documentação médico hospitalar não estão conforme, gerando assim pendência e conseqüentemente o indeferimento, conforme carta de indeferimento em anexo.

Diante disto, inconformado com tal situação, sabendo que no processo administrativo consta todos esses documentos que gerou pendência e não restando duvidas que o processo não fora analisado na via administrativa, pois se tivesse sido averiguado teria visto tais documentos, e além disto os outros documentos necessários para o deferimento da indenização pelo acidente sofrido.

Destarte, o valor a ser recebido pela parte autora de direito, tendo em vista, que a redução funcional do membro supra mencionados corresponde a o valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela [DPVAT](#), segundo prontuário médicos acostado em anexo.

O próprio nome do Seguro [DPVAT](#) é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o [DPVAT](#) é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório [DPVAT](#) foi criado pela Lei nº [6.194/74](#), com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do [DPVAT](#) são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº [6.194/74](#), alterada pela Lei nº [11482/2007](#) (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres ([DPVAT](#)), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:



I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro **DPVAT** quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação mencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. **DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro **DPVAT** na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte**



autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanece com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008).



SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

No caso em tela, a parte autora não recebeu nenhum valor a título de indenização pelo acidente sofrido. Portanto é jurídica e perfeitamente possível a pretensão deduzida, que diz respeito à cobrança da indenização assegurada pelo referido seguro, diante do implemento do risco contratado, quanto a isso em se tratando de responsabilidade objetiva a que está sujeita a empresa seguradora. Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO



LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.194/74, o pagamento da indenização está condicionado à prova do acidente e do dano. Caso em que a prova pericial demonstra que o autor não restou inválido. Complementação da indenização que não é devida. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70021060868, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 03/10/2007)

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação



não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarpato, Julgado em 29/08/2007).

SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que, no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação. Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 01/08/2007).

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista os inúmeros ferimentos, sendo eles fratura do fêmur esquerdo, fratura dos ossos da perna esquerda, bem como fratura no pé esquerdo e perda de 4 cm na perna esquerda, tornando-se evidente assim a impossibilidade de voltar ao serviço, uma vez que permanece debilitado.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação história da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na “mens legislatoris”,



bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da [Constituição Federal](#).

Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº [6.194/74](#). Conforme o art. 5º da Lei nº [6.194/74](#), com a redação anterior à Lei [11.482/2007](#), o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. [3º](#) da Lei nº [6.194/74](#) não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008)

SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres ([DPVAT](#)) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº [6.194/74](#). Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo [3º](#), alínea b da Lei nº [6.194/74](#). A Lei nº [6.194/74](#), alterada pela Lei nº [8.441/92](#), é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de



qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, nenhum valor fora arbitrado para o **DPVAT** merecido pelo Autor, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

4 – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A **citação da SEGURADORA... DPVAT** S. A., por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final
- b) A **condenação da Requerida ao pagamento do Seguro DPVAT** a parte Autora, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação
- c) A condenação da Requerida em custas e **honorários advocatícios** em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação
- d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e **perícia médica**
- e) A concessão do **benefício de Gratuidade de Justiça**, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo
- f) Ao final a **total procedência da presente demanda**, para o pagamento da indenização pelo acidente sofrido.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Nestes termos,



Pede deferimento.

Catolé do Rocha, 17 de agosto de 2017.

GREGÓRIO MARIANO DA SILVA JÚNIOR

0AB/PB 22.415





AO R. JUÍZO DA ____ª VARA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA – PB.

LUCAS DA SILVA GALDINO, brasileiro, solteiro, vendedor, portador da cédula identidade RG nº 3.671.001, inscrito no cadastro de pessoa física CPF nº 095.182.424-25, residente e domiciliado na Rua Benedito Vieira da Silva, nº 185, no Bairro Elesbão Gonçalves, Cidade Catolé do Rocha - PB, CEP: 58884-000, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de seu procurador signatário, conforme instrumento em anexo, mover á presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados, alicerçado nos seguintes fundamentos de fato e jurídicos que passa a expor: **DA AUDIÊNCIA INAUGURAL DE MEDIAÇÃO E/OU UMA AUDIÊNCIA EXCLUSIVA PARA A CONCILIAÇÃO**

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com





1 - DAS INTIMAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

M.M. Juiz, prefacilmente requer-se que, todas as **INTIMAÇÕES** e demais publicações de estilo, sejam realizadas em nome do **Dr. GREGÓRIO MARIANO DA SILVA JÚNIOR**, advogado, registrado na OAB/PB sob o número 22.415, sob pena de nulidade dos atos processuais subseqüentes.

ADVOGADO. INTIMAÇÃO. REQUERIMENTO INDICANDO O NOME DO ADVOGADO QUE RECEBERÁ AS INTIMAÇÕES. PRECEDENTES DA CORTE. 1. **Comprovado que está nos autos expresso requerimento para que as intimações fossem feitas em nome dos subscritores antes da decisão que provocou a extinção do processo, fica evidente a nulidade.** 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – RESPE 2003/0134143-4 (REsp 586362) – Terceira Turma – Relator: Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 21/02/2005 p. 174)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE SENTENÇA – **Intimação pelo diário da justiça em nome de advogado diverso do indicado na contestação e no substabelecimento. Impossibilidade. Nulidade da intimação e dos atos decorrentes.** **01. Considerando que houve pedido expresso na contestação e no substabelecimento, para**

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



que as intimações por meio do diário da justiça fossem feitas em nome de determinado advogado, tornam-se nulas as intimações feitas a outros patronos. 02. Agravo de instrumento conhecido e provido. (TJDFT – AGI 20060020100418 – 3ª T.Cív. – Rel. Des. Nídia Corrêa Lima – DJU 14.12.2006 – p. 73).

2 - DA AUDIÊNCIA INAUGURAL DE MEDIAÇÃO E/OU UMA AUDIÊNCIA EXCLUSIVA PARA A CONCILIAÇÃO

MM Juiz, a parte autora vem mui respeitosamente, nos termos do art. 319, VII do NCPC, **não tem interesse na audiência de conciliação, sendo necessário realizar perícia médica para constatação das fraturas e sequelas.** Isso porque, a todo tempo as partes podem transigir no processo, bem como, a audiência de conciliação poderá ser realizada em ato anterior a audiência de instrução (privilegiando os princípios da Celeridade, Economia e Eficiência processual, art. 4º. e 8º. Do NCPC).

3 – DOS FATOS E DOS DIREITOS

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 04/09/2016, do qual vinha como passageiro numa motocicleta quando o condutor perdeu o controle e foi ao solo, na pista que liga a cidade de Patu/RN a Catolé do Rocha/PB, na rodovia PB - 325, sofrendo fraturas e lesões corporais, conforme atestado médicos e Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com





Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: fratura no braço, resultando redução funcional, conforme prontuário médico acostado a exordial.

Acontece que a parte autora não recebeu nenhum valor do pedido administrativo, pois o motivo é que o boletim de ocorrência, a comprovação de ato declaratório e a documentação médico hospitalar não estão conforme, gerando assim pendencia e consequentemente o indeferimento, conforme carta de indeferimento em anexo.

Diante disto, inconformado com tal situação, sabendo que no processo administrativo consta todos esses documentos que gerou pendencia e não restando duvidas que o processo não fora analisado na via administrativa, pois se tivesse sido averiguado teria visto tais documentos, e além disto os outros documentos necessários para o deferimento da indenização pelo acidente sofrido.

Destarte, o valor a ser recebido pela parte autora de direito, tendo em vista, que a redução funcional do membro supra mencionados corresponde a o valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, segundo prontuário médicos acostado em anexo.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com





quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação mencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com





pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanece com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com





que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

No caso em tela, a parte autora não recebeu nenhum valor a título de indenização pelo acidente sofrido. Portanto é jurídica e perfeitamente possível a pretensão deduzida, que diz respeito à cobrança da indenização assegurada pelo referido seguro, diante do implemento do risco contratado, quanto a se tratando de responsabilidade objetiva a que está sujeita a empresa seguradora. Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.194/74, o pagamento da indenização está condicionado

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



à prova do acidente e do dano. Caso em que a prova pericial demonstra que o autor não restou inválido. Complementação da indenização que não é devida. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70021060868, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 03/10/2007)

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 29/08/2007).

SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que, no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação. Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 01/08/2007).

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista os inúmeros ferimentos, sendo eles fratura do fêmur esquerdo, fratura dos ossos da perna esquerda, bem como fratura no pé esquerdo e perda de 4 cm na perna esquerda, tornando-se evidente assim a impossibilidade de voltar ao serviço, uma vez que permanece debilitado.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação história da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na "mens legislatoris", bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da Constituição Federal.

Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. **Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008)**

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, nenhum valor fora arbitrado para o DPVAT merecido

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com





pelo Autor, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

4 – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A **citação da SEGURADORA... DPVAT** S. A., por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final
- b) A **condenação da Requerida ao pagamento do Seguro DPVAT** a parte Autora, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação
- c) A condenação da Requerida em custas e **honorários advocatícios** em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação
- d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e **perícia médica**
- e) A concessão do **benefício de Gratuidade de Justiça**, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo
- f) Ao final a **total procedência da presente demanda**, para o pagamento da indenização pelo acidente sofrido.

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com





Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Nestes termos,

Pede deferimento.

Catolé do Rocha, 17 de agosto de 2017.

GREGÓRIO MARIANO DA SILVA JÚNIOR

OAB/PB 22.415

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Swap de Silva Galdino, brasileiro, solteiro, vendedor, portador do RG nº 3.674.007, CPF nº 095.182.424-25, residente e domiciliado na Rua Benedita Silva de Silva, nº 185, Bairro Estância, Catolé do Rocha - PB.

OUTORGADA: **GREGÓRIO MARIANO DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, ADVOGADO, inscrito na OAB-PB sob o número 22.415, com escritório profissional a Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha - PB.

PODERES: Por este Instrumento Particular de procuração o OUTORGANTE nomeia e constitui seu(a) bastante procurador(a), o outorgado(a), a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-lo nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, podendo o dito(a) procurador(a) praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do mandato ora outorgado, tais como: Contestar, ingressar com ação que julgar conveniente e necessária, recorrer em qualquer fórum ou instância, transigir, concordar, discordar, desistir, firmar compromissos (NÃO POSSUI PODERES PARA RECEBER DINHEIRO/PECUNIA OU DAR QUITAÇÃO EM NOME DO OUTORGANTE), agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer no presente mandato, com ou sem reserva de poderes, em especial para representá-lo e defendê-lo perante QUALQUER ORGÃO DO PODER JUDICIÁRIO, EM QUALQUER ORGÃO ADMINISTRATIVO COMO INSS, PBPREV, DNOCS, IBGE, Cadastro de DPVAT, movido a favor do outorgante, do qual a mesma se compromete a levar as testemunhas para os atos processuais independentemente de intimações (nos termos do §2, do art. 455, do NCPC).

Catolé do Rocha - PB, 28 de julho de 2017.

Swap de Silva Galdino

Outorgante

ISENTO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA, FACE A LEI No. 8.952/94, QUE DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 38 DO CPC.

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior
Rua Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha - Pb.
Fone: (83) 9 9936-0420
E-MAIL: gregoriomarianodasilvajunior@gmail.com





SINISTRO 3170355190 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA LUCAS DA SILVA GALDINO

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO MARCOS AURELIO VIDAL CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME

BENEFICIÁRIO LUCAS DA SILVA GALDINO

CPF/CNPJ: 09518242445

Posição em 12-07-2017 08:36:53

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Boletim de ocorrência	Vítima	Não Conforme	
Comprovação de ato declaratório	Vítima	Não Conforme	
Documentação médico-hospitalar	Vítima	Não Conforme	

ATENÇÃO - Clique aqui se o documento pendente for a comprovação de ato declaratório





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Lauro de Silva Goldino
PORTADOR(A) DO RG Nº 3.641.001 EXPEDIDO POR SSP/PR EM 19/09/2008
CPF 095182427-90 / CNPJ 000000000000000000, PROFISSÃO Não Informado
E RENDA MENSAL DE R\$ 0,00 () NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA 0 mês mo, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 201 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3518 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 23227-3

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE, UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Porto 09 de Junho de 2017 Lauro de Silva Goldino
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.







BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2017
Ocorrência nº. 132/2017

Aos SETE dias de FEVEREIRO de DOIS MIL E DEZESSETE, nesta cidade de CATOLÉ DO ROCHA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **SHELDON ANDRIUS FLUCK**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrivã(o) AD HOC nomeado pela Autoridade Policial, ai, por volta 15h:55min, **compareceu a PESSOA a seguir qualificada:**

LUCAS DA SILVA GALDINO, conhecido(a) por LUCAS, Identidade nº 3.671.001-SSP/PB, CPF nº 095.182.424-45, nacionalidade brasileira, estado civil: solteiro, profissão: vendedor, filho(a) de Francisco Galdino Neto e Aldinalda Damaiana Da Silva, natural de Cuiabá/MT, nascido(a) em 16/03/1992 (24 anos de idade), do sexo MASCULINO, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Estevão Diniz, 178, Centro, tendo como ponto de referência: AO LADO DA MATERNIDADE, na cidade de CATOLÉ DO ROCHA/PB, fone(s) para contato: (83) 9 9611-1446.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme a seguir enumerado:

- 1) **Natureza do fato:** ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) **Data do Fato:** 04 de setembro de 2016;
- 3) **Horário do fato:** 16h:40min;
- 4) **Local do fato:** RODOVIA PB-325, QUE LIGA AS CIDADES DE PATU/RN A CATOLÉ DO ROCHA/PB;
- 5) **Unidade(s) de Saúde para a(s) qual(is) o(a) acidentado(a) foi encaminhado(a):** HOSPITAL REGIONAL DE PATOS;
- 6) **O comunicante/vítima conduzia o veículo?** NÃO;
- 7) **Sendo o(a) comunicante o(a) condutor(a) do veículo envolvido no acidente, é ele(e)la habilitado?** -;
- 8) **O veículo do(a) comunicante encontra-se em dia com suas obrigações tributárias?** SIM

6) Descrição do(s) veículo(s) envolvido(s) no acidente:

MOTOCICLETA HONDA TITAN150 2014/2015 CHASSI 9C2KC1650FR007264 PLACA QFH 9560 COR VERMELHA EM NOME DE FRANCIMAR SEVERINO CUSTÓDIO.

7) Testemunha(s) do fato/acidente:

8) Breve resumo do fato:

O comunicante vinha como passageiro de uma motocicleta, o condutor perdeu o controle e foi ao solo.

OBSERVAÇÕES DA UNIDADE POLICIAL:

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrivã(o) que digitei.

Lucas da Silva Galdino
LUCAS DA SILVA GALDINO
Comunicante

Elias Jorge Monteiro Junior
Elias Jorge Monteiro Junior
APC - Matr. 196.890-2





COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAIBA
AVENIDA FELICIANO CIRNE, 226 - JAGUARIBE - JOÃO PESSOA - PB CEP 58045-078
CNPJ: 09.123.854/0001-87 - JUCOM: 1120000311 - INSC. ESTADUAL N° 19.057.203/9
Informações e/ou Reclamações - Ligue 115

SEGUNDA VIA

MATRÍCULA 7170675-5		CLIENTE LUCAS DA SILVA GALDINO		CPF 095.182.424-65		VENCIMENTO 15/06/2017	
INSCRIÇÃO 109.001.0042.0109.0000		ENDEREÇO DO IMÓVEL R: BENEDITO VIEIRA DA SILVA, NUM. 185 - ELESBAO GONCALVES CATOLE DO ROCHA PB		FATURA 06/2017			
ENDEREÇO PARA ENTREGA				ÁGUA LIGADA		ESGOTO POTENCIAL	
ÚLTIMOS CONSUMOS				LEITURA		CONS. FATURADO CONSUMO/DIA	
05/2017 - 4 04/2017 - 6				ANTERIOR ATUAL		(M³) DIAS (M³)	
03/2017 - 4 02/2017 - 8-42				55 62		1 30 0,24	
01/2017 - 5 12/2016 - 14				02/05/2017 01/06/2017		CONS. MEDIDO 7	
ECONOMIAS CONS. POR ECONOMIA COD. AUXILIAR				NºHm: Y16N134116			
1 7 R 5307							
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS				CONSUMO POR FAIXA		VALOR R\$	
ÁGUA						36,84	
RESIDENCIAL 001 UNIDADE				10 M3		36,84	
CONSUMO DE ÁGUA ATÉ 10 M3 - R\$ 36,8400 (POR UNIDADES)							

DATA DA EMISSÃO: 08/06/2017

TOTAL R\$ 36,84

*** ACOMPANHE COMO ESTÁ SENDO APLICADO SEU DINHEIRO ***
WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO 06/2017 (Decreto n° 5.440 e Portaria 518/MS)							
Parâmetro	Vi. Médio	Parâmetro	Vi. Médio	Parâmetro	Vi. Médio	Parâmetro	Vi. Médio
Turbidez		Cor Aparente		Bact. Heterotróficas		Colif. Totais	
Cloro (mg/L)		P.H.		Colif. Termotolerantes			
VIA CLIENTE COD. BARRAS 826200000006-6 36840010827-1 17067550620-9 17000000003-5							
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA							



MATRÍCULA 7170675-5		INSCRIÇÃO 109.001.0042.0109.0000		VENCIMENTO 15/06/2017		FATURA 06/2017		VALOR R\$ 36,84	
GRUPO: 605				FIRMA: 2					
VIA CAGEPA				AUTENTICAÇÃO MECÂNICA					



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Lauro da Silva Galvão, portador da carteira de identidade nº 3.671.001 e inscrito no CPF/MF sob o nº 095.382.424-75 residente e domiciliado na Rua Benedito Silva da Silva Cidade Catolândia do Rocha Estado Pernambuco, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Lauro da Silva Galvão

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Catolândia do Rocha - 09 - Junho - 2017

Local e data





DECLARAÇÃO
Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT. Contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.
² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Demilda Maria de Sousa Silva, portador(a) do RG nº 002.309.898, expedido por SSP/RN, em 1/1, CPF/CNPJ nº 042.720.414-02, na qualidade de procurador(a)/intermediário(a) do beneficiário (a) Raúco da Silva Galdino do sinistro de DPVAT da natureza Invalidez da vítima Raúco da Silva Galdino, e conforme determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: Não Informado Renda Mensal: R\$ Não Informado

Documentos comprobatórios: Não Informado

Demilda Maria de Sousa Silva
ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO





Declaração do Proprietário do Veículo

Eu Francimar Severino Custodio

RG nº 2987516, data de expedição 05/03/2002

Órgão, SSP/PB, portador do CPF nº 069914934-93, no com

Domicílio na Cidade de Catolé do Rocha, no Estado de

Pernambuco, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

Sítio Cruzinho, nº 5/N,

complemento Cruz.

Declaro, sob as penas da Lei que o veículo abaixo mencionado é (era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

Vítima

Ruano da Silva

Cujo o condutor era

Veículo: Honda CG 150 Titan 6.50

Modelo: 2015

Ano: 2014

Placa: BFH 9550 / PB

Chassi: 9C2KC1650FR007364

Data do Acidente: 04/09/2016

Local e data: Catolé do Rocha 10/06/2017

Assinatura do Declarante: Francimar Severino Custodio

Niltons Bernardo da Silva Leite

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do do sinistro)



Selo Digital: AFF45328 - GUM
Consulte a autenticidade em:
https://selodigital.tjpb.jus.br







[illegible]

ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

USUS **H.P.** **ESTADO DA PARAIBA**

Matrícula: 2809473 CNPJ: 08.778.288/0023/76
 Nome: HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUARY CARNEIRO
 Endereço: RUA HORACIO NOBRECA, S/N

Local: PATOS ESTADO: PARAIBA UF: 25
 Motivo: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO) *Acidente de trânsito*

Nome: LUCAS DA SILVA GAIDINO
 Endereço: ALDINALDA DAMIANA DA SILVA
 CEP: 5821992 Idade: 24 Cor: BRANCA Sexo: M

Profissão: VENDEDORA
 Endereço: RUA ESTEVÃO DINIZ
 Centro: CENTRO
 Cidade: CATOLE DO ROCHA - PB - 58884-000 - 2504305
 Telefone: 700-9078-4123-1391

Data / Hora: 5/8/2016 07:38:13
 Identidade: 307.001 SSP-PB
 RG: 700-9078-4123-1391
 Recadastrado: Não
 Fichas Número: 163204

BO: PA TEMP: 79864

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)
Anamnese e exame físico

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)
Exames realizados na unidade

RESULTADOS

1. MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS
Material e medicamentos

2. CARÁTER DO ATENDIMENTO
☒ 01 - ELEIVO
☐ 02 - URGÊNCIA
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAFEGO PARA O TRABALHO
☐ 05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

DIAGNÓSTICO
Fratura de braço direito

3. SERVIÇOS REALIZADOS, CÓDIGO / PROCEDIMENTO

MEDICAÇÃO	ENCAMINHAMENTO		CID-10
	1. PRESCRITA	2. APLICADA	
1.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

4. ASSINATURAS
 Médico / Com / Cui: *Dr. Rodrigo Almeida*
 Ass. Paciente / Acompanhante ou Responsável: *Ass. Paciente*
 Ass. Revisor Técnico - Carimbo: *Ass. Revisor*
 Ass. Revisor Administrativo - Carimbo: *Ass. Revisor*

SECRETARIA DE SAÚDE
ESTADO DA PARAIBA
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

03 FEV 2017
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Cirurgião de Cabeça e Pescoço
Cirurgião de Cabeça e Pescoço - CNES nº 070653

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Princípio Ferrer da C. Neto
Escritório Autorizado
Cidade de Rocha-PB

ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

30/05/13 CNES: 04.778.791.002378
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANEIRO CARNEIRO
RUA JOAQUIM NOBREGA, S/N

PRATOS ESTADOS: PARAIBA UF: PB

ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

LUZAS DA SILVA GARDINO
AUTOMOBILISTA DA SILVA
30/05/13 Idade: 24 COT: BRANCA Sexo: M
VIAVECORRU

CENTRO Nome: 179
COT: E DO ROCHA - PB - 6884-000 - 250400 Fone: (61) 9881-1446
709-9079-4123-1351 Identific: 367101 529-978
709-9079-4123-1351 Rg: 10304 17864
709-9079-4123-1351 Rg: 10304 17864

PA: **ANAMNESE EXAME FÍSICO (SILMARIO)** **TEMP:**

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)
Exames realizados na unidade (tipos)

RESULTADOS:

MATERIALS - MEDICAMENTOS E OUTROS
Caracter de atendimento

DIAGNOSTICO
Frustrado de diagnóstico

ENCAMINHAMENTO
CID-10

SERVIÇOS REALIZADOS, CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
1. 0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801
2. 0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801
3. 0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801	0801

ASS. RESPONS. TÉCNICO - CARNEIRO
ASS. RESPONS. TÉCNICO - CARNEIRO
ASS. RESPONS. TÉCNICO - CARNEIRO

ASS. RESPONS. TÉCNICO - CARNEIRO
ASS. RESPONS. TÉCNICO - CARNEIRO
ASS. RESPONS. TÉCNICO - CARNEIRO



Hospital		PATOS	Enfermagem	Leito	Nº Prontuário
FOLHA DE ANESTESIA	Nome	<i>Livros de Silveira Goldner</i>	Idade	Sexo	Cor
Data	Procedimento Anestésico	Respiração	Temperatura	Peso	Altura
<i>09/09/16</i>	<i>120 x 80 / 90 kg</i>	<i>normale</i>	<i>normal</i>	<i>75</i>	<i>1,70</i>
Cidade	Hospital	Quantia	União	Ocupação	
<i>João Pessoa</i>	<i>HOSPITAL</i>				
VER PRONTUÁRIO					
Ap. Respiratório			Aerômetro		
Ap. Circulatório			Eletrocardiograma		
NDN			<i>KCN</i>		
Ap. Digestivo			Ap. Urinário		
JEJUM OK					
Estado Mental			Atividade		
CONSCIENTE					
Diagnóstico Pré-operatório			Estágio Físico		
<i>h/ livros (E)</i>			<i>Bu</i>		
Análise e Antecedentes			Risco		
			<i>1</i>		
Medicação Pré-Anestésica			Efeito		
<i>MIDAZOLAM 5 Mg</i>					
Frequência			INDUÇÃO		
<i>12</i>			Sedativo Escala Tensão		
			Laringe Exponível Lente		
			Náuseas Vômitos		
			Outras		
(SF) (SF)			MANUTENÇÃO		
<p>The graph plots various physiological parameters against time. The y-axis ranges from 20 to 280. A line representing heart rate starts at approximately 120, drops to around 100 after induction, and then rises back towards 120. Another line, possibly for blood pressure or oxygen saturation, remains relatively stable between 100 and 120.</p>			Cefazolina 2g Dexta Efertil 10mg Tenoxil <i>Diprione 2g no Ondase</i>		
Símbolos e Anotações			Despertar		
			Reflexo da SO		
			Obstáculos		
			Com o paciente		
			Condições		
Posição			Cirurgia		
<i>Prone</i>					
Agentes			NEOCAINA 0,25% PESADA + LIDOCAINA 1% <i>60 ml / LIDOCAINA 1%</i>		
Técnicas			BLOQUEIO PLEXO BRAQUIAL INTERSCALENICO E AXILAR		
Operação			<i>the eye feat livro (E)</i>		
Grupos			<i>De fábri</i>		
Anestesistas			DR. TÁVIO LEAL		
Observações					
Assinar no verso, as complicações Pré-operatórias e Pós-operatórias.					
Dr. Távio Leal Januário CRM PB 5774 Anestesiologista					





MATERIAL UTILIZADO EM CIRURGIA

Hospital: H. P. de Pôrto Código: _____
 Procedimento: Osteomielite de úmero Código Procedimento: _____
 Paciente: Lucas da Silva Goldner
 Data da Cirurgia: 09/09/16 Prontuário Nº: 79.664 Convênio: SMU
 Cirurgião: Fabio SPB Código: _____ ☒ Reposição ☐ Caixa Pronta

DESCRIÇÃO DE PRODUTOS UTILIZADOS

[illegible]

ESPECIFICAÇÃO DE PARAFUSOS

[illegible]

Obs.: O preenchimento do prontuário é obrigatório.

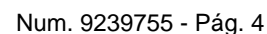
PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO CONSULTOR DE VENDAS

Condições de pagamento: _____
Faturar N.F. para: _____
Cód. do consultor: _____ Total: _____

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO ESTOQUE

--	--	--

Nº do pedido:





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO

500 Jor



REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: <u>Luiz da Silva</u>	
DA CLÍNICA <u>Ortopedia</u>	ENFERMARIA <u>72</u>
A CLÍNICA <u>Ortopedia</u>	LEITO <u>02</u>
MOTIVO DA CONSULTA: <u>Risco Cirúrgico</u> <small>(ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)</small>	
<u>06.09.16</u> DATA	ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE
PARECER: <u>PRÉ-OP. FRATURA MEE.</u> <u>AMP. NDI FEBRE REUMÁTICA</u> <u>MED. NDI</u> <u>ALERGIA. NEGA.</u> <u>ACV. RCC-2ª, SEM SÓPROS</u> <u>EKG. Normal</u> <u>CONCLUSÃO: Baixo Risco.</u> <u>07/09/16</u> DATA	
<u>CRM 6169</u> ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA	



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE: <u>Luiz da Silva Gadelino</u>					GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE  HOSPITAL REGIONAL DR. JANDUHY CARNEIRO
QT: <u>795</u>	LITO: <u>02</u>	CONVENIO: <u>SUS</u>	IDADE: <u>24</u>	REGISTRO: <u>79664</u>	
CIRURGIA: <u>Pro: Ring de Uretero (E)</u>		CIRURGIÃO: <u>Dr. Fábio</u>			
ANESTESIA: <u>Bloqueio de Pso</u>		ANESTESISTA: <u>Dr. Fábio</u>			
INSTRUMENTADORA: <u>Plan</u>		DATA: <u>09.09.16</u>	INÍCIO: <u>11:20h</u>	FIN: <u>13:30</u>	

MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
2	TX. de Instrumentador	1	Equipo p/ soro e sangue
1	TX. Capnógrafo 570, 9% 500ml		Scalp
1	TX. Bomba de Infusão <u>Kolan</u>	1	Luvas Est. p/ Procedimentos
1	TX. Aplicação de Sangue <u>Catetero</u>	1	Lâmina de Bisturi <u>24</u>
	TX. Monitor Cardio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
1	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
2	TX. Sala	1	Seringa 5 ml
2	TX. Bisturi Elétrico	1	Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
2	TX. Oxímetro de Pulso	1	Eletrodos desc.
	Neocin	1	Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm
	Thionembutal		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
	Pavulon		Sonda Nasogástrica
1	Dorminid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno Penrose
	Xilestesin a 5%		Dreno Sucção
	Inoval		Dreno de Tórax
1	Xilocaina a 2% <u>5/2000</u>	1	Esparadrapo
	Etoposimide		Xilocaina Gel
	Ketalar	2	Álcool 70%
1	Pubicovaina 0,5% <u>1/2000</u>	1	PVPi Tintura
	Dimorf	2	Gases
	Lanexat 0,8ml		Algodão Hidrófilo
	Narcan		Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepam	1	Agulha descartável <u>40x12</u>
1	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina	1	Fio Cromado 1 c/ agulha <u>1/2000</u>
1	Eletri <u>Efedrina</u>		Fio Cromado 1 s/ agulha
1	Cefalotina 1g <u>Cefazolin 1g</u>		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Dixtal		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Piasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
	Agulha de Baque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbocate 20 e 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Polycot 3-0 s/ agulha





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <u>WAGS DA SILVA</u>		Nº prontuário
Data da Cirurgia <u>09/08/16</u>	Enf.	Leito
Cirurgião <u>Dr. FÁBIO SP</u>	1º Auxiliar <u>Dr. WILSON</u>	
Anestesista <u>Dr. TÁULIA</u>	Tipo de Anestesia <u>sedação leve com</u>	
Diagnóstico Pré-Operatório <u>FARINGITE AGUDA</u>		
Tipo de Cirurgia <u>OTITOMEDIA AGUDA</u>		
Diagnóstico Pós Operatório <u>IDCM</u>		
Relatório Imediato do Patologista		
Exame Radiológico no Ato		
Acidente Durante a Cirurgia		

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspectos Viscerais
<p>(1) PACIENTE DECUBITO DORSAL, MESA ORELHA (2) ASSÉPTICA E ANTISTÁTICA</p> <p>(3) CORTURA CIRCULAR ORELHICA (4) VIA DE ACESSO LATERAL AO UMC</p> <p>(5) IDENTIFICAÇÃO, DISSECÇÃO E AFASTAMENTO NERVO</p> <p>PARA O CORPO ORELHANO (6) RESIDUA CIRCUM E DISTALMENTE</p> <p>UMMA DIRETA COM PUNTO DE ACESSO E PUNTO DE PREENCHIMENTO</p> <p>CONCLUSÃO (7) DRENAGEM FEITA COM SEQUELO (8) SUTURA</p> <p>POR PUNTO (9) CURATIVO</p>





LEITO:

REG. 5

DATA: 23/02/16

NOTA: # ONTOGENIA

para obter a dor -
baga (E) - a dor
e dependência local
100% m: 100% dor
de alívio (E)
at = 5 minutos de dor
- 100% final

Dr. Mariana Alves
Graduada em Farmacologia
Biotec - 1981
5. 19. 1981 - 1981





Estado do Paraná
Secretaria Estadual da Saúde
Hospital Reg. Dr. Antônio Mano de Vasconcelos
Carimbo do Rio Negro - PR



viva
o trabalho.

Sr.(a)

Lucas da Silva Caldeira

RECEITUÁRIO

Exame clínico

Parte da vítima de acidente
motorciclístico, apresentando
dor e deformidade anômala
em braço (D)

AO Raio-x: Fratura completa
e Diáfise únea (D)

Necessitando avaliação
e conduta de ortopedia

04, 09, 16

Dr. Manoel José F. Tercelro
Médico
CRM 28.678 RN-7463
Médico - CRM - Carimbo

RECIBO DE RECEITUÁRIO - PR 11/10/11



ATENDIMENTO COM ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

DATA: 05/03/16 HORA: 07:31 h

1. USUÁRIO: Lucas da Silva Galvão

2. QUEIXA PRINCIPAL: Dor de dente

3. HISTÓRIA ATUAL DA DOENÇA / INÍCIO DOS SINTOMAS: Previamente 21 dias atrás

4. ALERGIAS:
() SIM
() NÃO

5. USO DE MEDICAÇÃO CONTÍNUA:
() SIM
() NÃO

6. DOENÇA PREEXISTENTE:
() SIM
() NÃO

DADOS VITAIS

Temperatura	Pulso	Respiração	SpO ₂	PA	HGT
°C	bpm	rpm	%	x mmHg	mg/dl



CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

VERMELHO	AMARELO	VERDE (1)	VERDE (2)	AZUL
Sem acompanhante* Setor Crítico**	1 acompanhante	Sem acompanhante* Sem visita	1 acompanhante	Agendamento em UBS

ENFERMEIRO/CARIMBO

* Só é permitida a entrada se o paciente estiver internado e for menor de 18 anos de idade, desta forma, está assegurado um acompanhante - um dos pais ou responsável - e a cobertura de suas despesas (art. 12 da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente). O mesmo direito é assegurado aos idosos (60 anos ou mais) submetidos à internação hospitalar, (art. 16 da Lei 10.741/03 - Estatuto do Idoso).
** Setor com alta demanda de procedimento invasivos onde são realizadas técnicas estéreis para garantir a segurança do usuário quanto ao controle de infecção. Área crítica, que requer controle de fluxo de pessoas e material, ficando o acesso ao público restrito.

Copyright © 2015 - Prof. Enl. Alan Martins Faria - Coordenação de Enfermagem do PA





Processo indevidamente cadastrado como Urgente, vez que não há pedido liminar. Retiro a urgência.

Venha-me os autos conclusos novamente para despacho inicial.





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Catolé do Rocha

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801849-52.2017.8.15.0141

DESPACHO

Inicialmente, verifico a ausência de comprovação do prévio requerimento administrativo, o qual, consoante firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é requisito necessário para configuração do interesse de agir nas demandas que visam indenização por danos decorrentes de acidente automobilístico (DPVAT). Vejamos:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO.

(STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO 839.353).

Desta feita, intime-se a parte promovente, para no prazo de 15 dias, emendar a inicial trazendo aos autos comprovante da negativa do pedido administrativo, sob pena de indeferimento da inicial.

CATOLÉ DO ROCHA, 20 de março de 2019.

Fernanda de Araujo Paz

Juíza de Direito em substituição





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Catolé do Rocha

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801849-52.2017.8.15.0141

DESPACHO

Inicialmente, verifico a ausência de comprovação do prévio requerimento administrativo, o qual, consoante firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é requisito necessário para configuração do interesse de agir nas demandas que visam indenização por danos decorrentes de acidente automobilístico (DPVAT). Vejamos:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO.

(STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO 839.353).

Desta feita, intime-se a parte promovente, para no prazo de 15 dias, emendar a inicial trazendo aos autos comprovante da negativa do pedido administrativo, sob pena de indeferimento da inicial.

CATOLÉ DO ROCHA, 20 de março de 2019.

Fernanda de Araujo Paz

Juíza de Direito em substituição



EXMO. SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1 VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA - PB.

LUCAS DA SILVA GALDINO, já qualificado nos autos do processo em epigrafe vem perante Vossa Excelência:

Requerer a juntada da carta de indeferimento, venho ainda explicar que o motivo do indeferimento não estava atualizado, pois constava ainda na movimentação o mesmo status juntado com a petição inicial. Mesmo constando a data, o sistema não tinha atualizado.

Termos em que

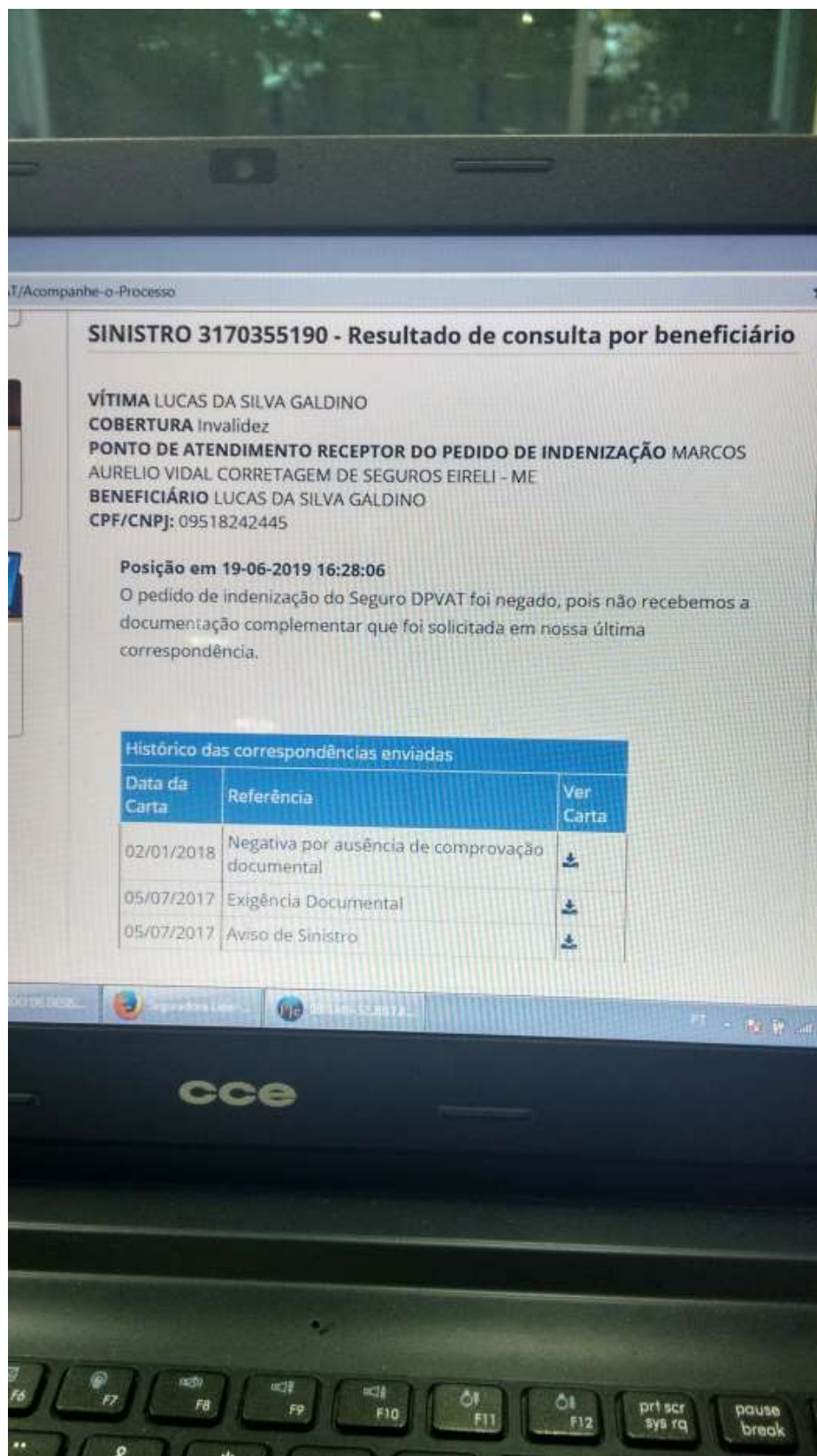
pede e espera deferimento.

Catolé do Rocha, 19 de junho de 2019.

GREGÓRIO MARIANO DA SILVA JÚNIOR

OAB/PB 22.415







Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Catolé do Rocha

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801849-52.2017.8.15.0141

DESPACHO

A parte requereu os benefícios da justiça gratuita, sem, contudo, comprovar sua necessidade, conforme determina a Constituição da República.

Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, informar o valores totais das custas iniciais a pagar juntando a guia de recolhimento, sob pena de não conhecimento do pedido, já que não se pode afirmar a incapacidade de pagar algo que sequer se sabe o valor, bem como justifique a impossibilidade de pagá-las.

Cumpra-se.

Catolé do Rocha, data do protocolo eletrônico.

João Lucas Souto Gil Messias

Juiz de Direito em Substituição





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Catolé do Rocha

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801849-52.2017.8.15.0141

DESPACHO

A parte requereu os benefícios da justiça gratuita, sem, contudo, comprovar sua necessidade, conforme determina a Constituição da República.

Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, informar o valores totais das custas iniciais a pagar juntando a guia de recolhimento, sob pena de não conhecimento do pedido, já que não se pode afirmar a incapacidade de pagar algo que sequer se sabe o valor, bem como justifique a impossibilidade de pagá-las.

Cumpra-se.

Catolé do Rocha, data do protocolo eletrônico.

João Lucas Souto Gil Messias

Juiz de Direito em Substituição



EM ANEXO - PDF





**AO R. JUÍZO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA
– PB.**

LUCAS DA SILVA GALDINO, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência expor:

Os motivos da integralidade da **Justiça Gratuita**, tendo em vista que a profissão do autor é de vendedor e o valor do seu salário é de 1.411,32 por mês e serve para o seu sustento e subsistência de sua família. Conforme recibo de pagamento em anexo.

Diante disto, vem perante Vossa Excelência informar que a guia de recolhimento das custas processuais ficou no valor de 1.245,21. Conforme documento em anexo.

Desta forma, o requerente declara que não tem condições financeiras para pagar tais custas, mesmo que seja de forma parcelada, e vem pedir a integralidade da justiça gratuita para ter o direito de acionar seus danos no poder judiciário.

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com





Nestes termos,

Pede deferimento.

Catolé do Rocha, 12 de setembro de 2019.

GREGÓRIO MARIANO DA SILVA JÚNIOR

OAB/PB 22.415

Dr. Gregório Mariano da Silva Júnior.

Praça Prefeito José Sérgio Maia, 92, Centro, Catolé do Rocha – PB.

Fone: (83) 9 9936-0420

E-MAIL: gregoriomarianoadv@gmail.com



FORMULA H COMERCIO DE MOTOS LTDA Avenida DEPUTADO AMERICO MAIA, 117 CNPJ: 02.296.264/0003-21			Recibo de Pagamento de Salário Período : Junho/2019	
Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	
000048E0003	LUCAS DA SILVA GALDINO	521110	VENDAS	

Cod.	Descrição	Ref.	Vencimentos	Descontos	
00S1FO	Salário Base	29,00	1.035,30		
04C2FO	Comissões		415,62		
9R44FO	Repouso Remunerado		83,12		
0006	Desconto de Adiantamento Salarial			428,40	
0088	INSS	8,00		122,72	
			Total de Vencimentos	Total de Descontos	
			1.534,04	551,12	
			Valor Líquido ➡	982,92	
Salário Base	Base INSS	Base Calc. FGTS	FGTS do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.071,00	1.534,04	1.534,04	122,72	1.411,32	

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

_____/_____/_____
DATA

ASSINATURA

FORMULA H COMERCIO DE MOTOS LTDA Avenida DEPUTADO AMERICO MAIA, 117 CNPJ: 02.296.264/0003-21			Recibo de Pagamento de Salário Período : Junho/2019	
Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	
000048E0003	LUCAS DA SILVA GALDINO	521110	VENDAS	


Cod.	Descrição	Ref.	Vencimentos	Descontos	
00S1FO	Salário Base	29,00	1.035,30		
04C2FO	Comissões		415,62		
9R44FO	Repouso Remunerado		83,12		
0006	Desconto de Adiantamento Salarial			428,40	
0088	INSS	8,00		122,72	
			Total de Vencimentos	Total de Descontos	
			1.534,04	551,12	
			Valor Líquido ➡	982,92	
Salário Base	Base INSS	Base Calc. FGTS	FGTS do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.071,00	1.534,04	1.534,04	122,72	1.411,32	


DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO



_____/_____/_____
DATA

ASSINATURA



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 014.0.19.01116/01
Nº do Processo: 0801849-52.2017.815.0141	Comarca: Catole do Rocha	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 12/09/2019
Número da guia: 014.2019.601116 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			Data de vencimento: 30/09/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.011,60 Promovente: LUCAS DA SILVA GALDINO - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 29,76 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,58
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.245,21
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000126 452109283187 520190930013 401901116012 			Valor final: R\$ 1.245,21

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 014.0.19.01116/01
Nº do Processo: 0801849-52.2017.815.0141	Comarca: Catole do Rocha	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 12/09/2019
Número da guia: 014.2019.601116 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			Data de vencimento: 30/09/2019
Promovente: LUCAS DA SILVA GALDINO Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 29,76 - Com registro: R\$ 29,76			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.245,21
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.245,21

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 014.0.19.01116/01
Nº do Processo: 0801849-52.2017.815.0141	Comarca: Catole do Rocha	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 12/09/2019
Número da guia: 014.2019.601116 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			Data de vencimento: 30/09/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.011,60 Promovente: LUCAS DA SILVA GALDINO - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 29,76 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,58
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.245,21
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000126 452109283187 520190930013 401901116012 			Valor final: R\$ 1.245,21





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

1ª VARA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 0801849-52.2017.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTE AUTORA: LUCAS DA SILVA GALDINO

PARTE RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Intime-se a parte autora para, em 15 dias, juntar o comprovante da **negativa** do pedido.

Catolé do Rocha/PB, 17 de setembro de 2019.

Fernanda de Araujo Paz

Juíza de Direito em substituição





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

1ª VARA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 0801849-52.2017.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTE AUTORA: LUCAS DA SILVA GALDINO

PARTE RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Intime-se a parte autora para, em 15 dias, juntar o comprovante da **negativa** do pedido.

Catolé do Rocha/PB, 17 de setembro de 2019.

Fernanda de Araujo Paz

Juíza de Direito em substituição



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA
DE CATOLÉ DO ROCHA - PB.**

LUCAS DA SILVA GALDINO, já devidamente qualificado nos autos do processo, vem informar e requerer a juntada:

Da carta negada do seguro DPVAT. Vale salientar que foi enviada a documentação, sendo que mesmo assim veio indeferido o pedido.

Termos em que,

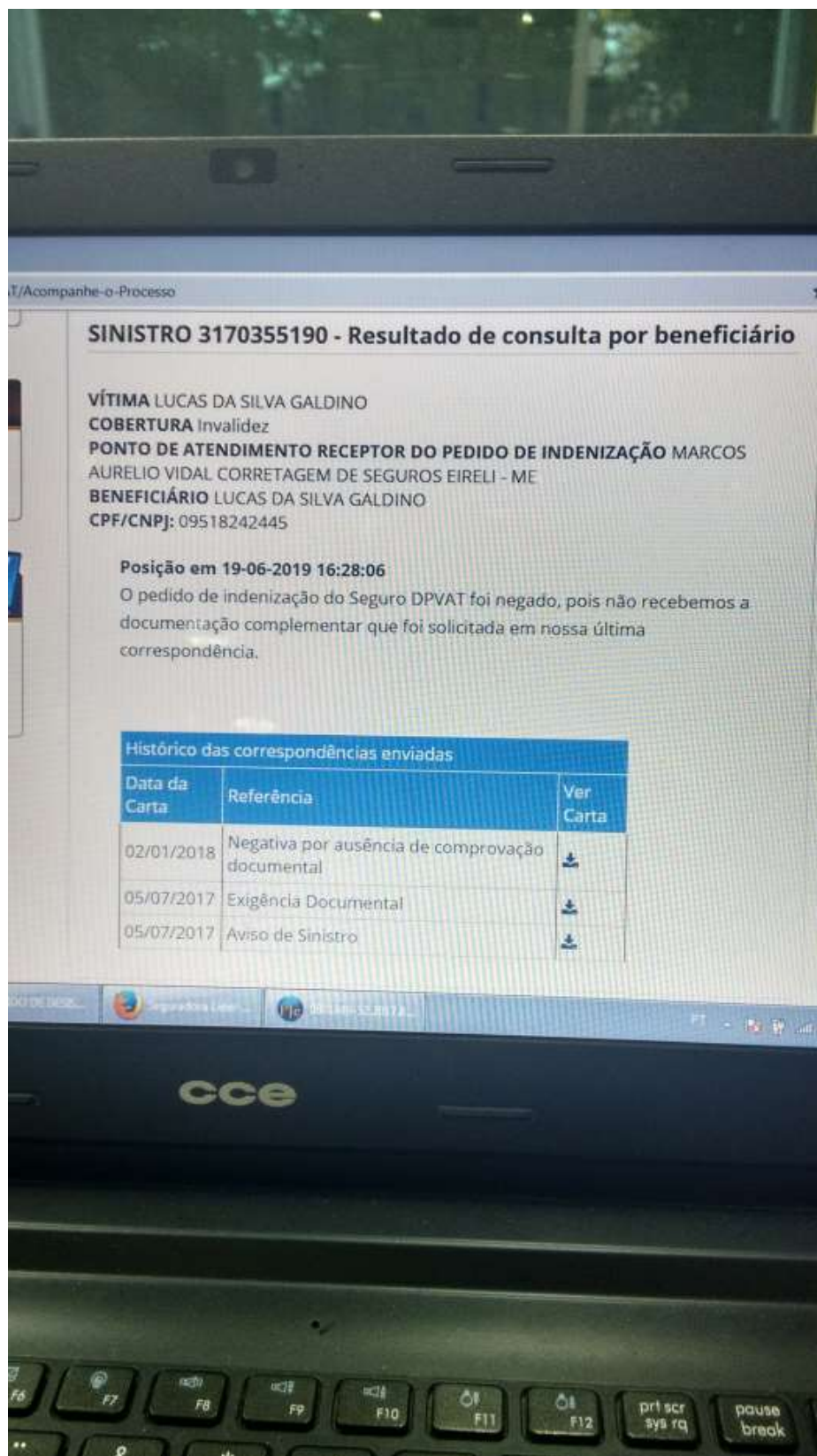
Pede e Deferimento.

Catolé do Rocha - PB, 23 de setembro de 2019.

GREGÓRIO MARIANO DA SILVA JÚNIOR

OAB/PB 22.415







ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

1ª VARA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

AV. DEPUTADO AMÉRICO MAIA, S/N – FÓRUM JOÃO SERAFIM – CATOLÉ DO ROCHA

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 0801849-52.2017.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTE AUTORA: LUCAS DA SILVA GALDINO

PARTE RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

I. RELATÓRIO

LUCAS DA SILVA GALDINO, manejou demanda intitulada “Ação Ordinária de Cobrança do Seguro Obrigatório (DPVAT)”, em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, nos termos constantes da exordial.

Cconsta despacho que determina a emenda a inicial, determinando que a parte autora junte aos autos a comprovação da negativa do pedido administrativo, ou da demora injustificada na apreciação do pedido, desde que o eventual atraso não tenha sido causado por inércia do promovente em apresentar os documentos necessários, sob pena de indeferimento da inicial

A parte autora juntou aos autos o documento constante no ID n. 24655429.

É o breve relato. Decido.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Consoante firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, somente se faz presente o interesse de agir nas demandas que visam indenização por danos decorrentes de acidente automobilístico movidas em face de segurado do sistema DPVAT quando previamente intentada administrativamente. Vejamos:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO.

(STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO 839.353).

É também o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, senão, vejamos:

APELAÇÃO N° 000171 1-31.2015.815.0031. ORIGEM: VARA UNICA DA COMARCA DE ALAGOA GRANDE. RELATOR: Dr(a). Ricardo Vital de Almeida, em substituição a(o) Des. Maria das Neves do Egito de Araujo Duda Ferreira. APELANTE: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/a. ADVOGADO: Rodrigo Ayres Martins de Oliveira (oab/ba 43.925). APELADO: Severino Rodrigues dos Santos. ADVOGADO: Julio Cesar de Oliveira Muniz (oab/pb 12.326). APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. NECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO AO AJUIZAMENTO DO FEITO. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO COLENDO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. RECONHECIMENTO EX OFFICIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ANÁLISE DO RECURSO APELATÓRIO PREJUDICADA. - O Pretório Excelso aplicou o entendimento sufragado no RE nº 631.240-MG à sistemática das ações de cobrança de seguro DPVAT, assentando o entendimento da carência a propositura direta da demanda, sem o prévio requerimento administrativo, por ausência de interesse de agir. - Não se aplica ao caso a regra de transição fixada pelo STF no RE 631.240, no sentido de que seria dispensado o prévio requerimento administrativo, quando a demanda é promovida após a conclusão do julgamento do recurso extraordinário (03/09/2014). - Nos termos do art. 485, VI, do NCPC, o juiz não resolverá o mérito quando verificar ausência de interesse processual. Vistos etc. Ante o exposto, reconheço, ex officio, a ausência de interesse processual do autor/apelado e, nos termos do art. 485, VI, do NCPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Por conseguinte, torna-se prejudicada a análise do recurso apelatório. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando suspensa a execução em virtude da gratuidade deferida à f. 30 (art. 98, § 3º, do CPC). Intimações necessárias. Cumpra-se. Publicado DJ de 17/05/2017.

No caso dos autos, extrai-se do documento anexado pela autora, que o mérito do pedido, realizado em sede administrativa, não pode ser apreciado dado sua inércia em apresentar a documentação exigida pela Seguradora. Logo, inexistente o interesse de agir, condição da ação, posto que a demandada não fora viabilizada a possibilidade de apreciar o mérito e, portanto, deferir ou indeferir o pedido indenizatório.

Dessa forma, pouca ou quase nenhuma diferença se vislumbra entre a ausência de requerimento administrativo e o caso presente, em que o interessado deixa de cumprir o seu ônus de apresentar a documentação exigida e, portanto, dá causa a não apreciação, em sede administrativa, do pedido de indenização securitária.

Assim, a extinção do feito é a medida que se impõe, sendo, na hipótese, pelo indeferimento da exordial, ante a ausência de interesse de agir.

III. DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, indefiro a inicial, e, consequentemente, com base no art. 485, I, do NCPC, extingo o processo sem resolução do mérito.

Sem custas, nem honorários advocatícios.

Decorrido o prazo recursal e certificado o trânsito em julgado, archive-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Fernanda de Araujo Paz

Juíza de Direito em substituição